

Primeiro boletim eletrônico do MPMG em atividade, com matérias de interesse institucional coletadas em fontes oficiais de informação.

Volume: 10

Número: 394

03/03/2026

Fonte: Diário Oficial Eletrônico do MPMG de 28.02.2026

ATO PGJ, DE 2026

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, autoriza os Promotores de Justiça a se ausentarem de suas respectivas comarcas, sem prejuízo de suas atribuições, para participarem das ações educacionais presenciais promovidas pelo CEAF no mês de março.

PAULO DE TARSO MORAIS FILHO
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

[AVISO CGMP Nº 2, DE 2 DE MARÇO DE 2026](#)

Reforça o aviso sobre a possibilidade de destinação de recursos para ações humanitárias de defesa civil e de suporte social nos casos de calamidade pública na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, causada por evento ambiental extremo e atualiza a sugestão de conta de destino, pelo critério da especificidade.

[RESOLUÇÃO PGJ Nº 5, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre o procedimento a ser adotado a partir dos relatos recebidos pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais através do Canal Espaço Transparência, Integridade e Compliance na Administração Pública (ETICA)

[RESOLUÇÃO PGJ Nº 6, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Altera a Resolução PGJ n.º 48, de 28 de outubro de 2021.

[RESOLUÇÃO PGJ Nº 7, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Altera a Resolução PGJ n.º 32, de 13 de novembro de 2025.

[RESOLUÇÃO PGJ Nº 8, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a criação do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Segurança Pública (CAO-SEP).

[RESOLUÇÃO CONJUNTA PGJ PC Nº 1, DE 2026](#)

Designa os responsáveis para operacionalização do Sistema Integrado de Administração Financeira/SIAFI-MG e do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços/SIAD-MG, para unidade executora e orçamentária específicas.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

[PORTARIA DF Nº 1, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Rio Preto/MG.

[PORTARIA DF Nº 2, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Suspensão do Expediente Forense da Comarca de São João Nepomuceno no dia 27 de fevereiro de 2026 em razão da interrupção do fornecimento de água.

[PORTARIA DF Nº 8, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

“Determina o funcionamento presencial parcial dos trabalhos forenses, restrito aos servidores, colaboradores terceirizados e estagiários que não estejam impossibilitados de comparecer, em razão das enchentes na comarca de Senador Firmino na data que menciona.”

[PORTARIA DF Nº 13, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Suspende o expediente forense presencial, o expediente extrajudicial e os prazos processuais na Comarca de UBÁ/MG, em razão das fortes chuvas que atingem o município, e dá outras providências.

[PORTARIA DF Nº 14, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Suspende o expediente forense presencial, o expediente extrajudicial e os prazos processuais na Comarca de UBÁ/MG, em razão das fortes chuvas que atingem o município, e dá outras providências.

[PORTARIA DF Nº 14, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

“Mantém a suspensão do expediente externo no dia 27 de fevereiro de 2026, em razão das fortes chuvas e dos alagamentos que atingem o município.”

[PORTARIA DF Nº 16, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Suspende o expediente forense presencial, o expediente extrajudicial e os prazos processuais na Comarca de UBÁ/MG, em razão das fortes chuvas que atingem o município, e dá outras providências.

[PORTARIA DF Nº 1198, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

“Suspende o expediente forense externo e os prazos processuais dos processos físicos na Comarca de Matias Barbosa no dia que menciona.”

[PORTARIA DF Nº 1199, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Suspensão do Expediente Forense e do Atendimento Extrajudicial da Comarca de Matias Barbosa nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2026 em razão do Estado de Calamidade Pública.

[PORTARIA DF Nº 1892, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Suspensão do Expediente Forense e do Atendimento Extrajudicial da Comarca de Juiz de Fora em 24 de fevereiro de 2026 em razão do Estado de Calamidade Pública.

[PORTARIA DF Nº 1983, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Suspensão do Expediente Forense e do Atendimento Extrajudicial da Comarca de Juiz de Fora nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2026 em razão do Estado de Calamidade Pública.

[PORTARIA DF Nº 25345839, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a suspensão do expediente presencial em razão de falta de energia elétrica e internet e determina a realização de trabalho remoto (home office).

[PORTARIA DF Nº 25456909, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

“Suspende os prazos processuais dos processos físicos e eletrônicos na Comarca de Rio Novo de 24/02/2026 a 27/02/2026.”

[PORTARIA DF Nº 25483381, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

“Suspende, no período de 24/02/2026 a 27/02/2026, os prazos processuais relativos aos processos físicos e eletrônicos em tramitação na Comarca de Rio Novo, ficando, ainda, canceladas todas as audiências designadas para o referido período.”

[PORTARIA CONJUNTA TJMG Nº 1.779, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais na Justiça de Segunda Instância do Estado de Minas Gerais no dia que menciona.

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.780, DE 2 DE MARÇO DE 2026](#)

Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.545, de 19 de abril de 2024, que "Dispõe sobre a implantação e o funcionamento da Central de Processos Eletrônicos de Turmas Recursais".

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[PORTARIA GM/MMA Nº 1.623, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Declara estado de emergência ambiental em risco de incêndios florestais nas seguintes épocas e regiões específicas.

[PORTARIA GM/MS Nº 10.273, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre as ações destinadas à implementação da Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental, instituída pela Lei nº 15.139, de 23 de maio de 2025, de forma integrada à Rede Alyne, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

[RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 4, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a gestão e a oferta da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO CNMP Nº 323, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Regulamenta o direito de permuta nacional aos membros dos Ministérios Públicos dos Estados, previsto pela Emenda Constitucional nº 130/2023.

[RESOLUÇÃO CNMP Nº 324, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Altera o art. 2º da Resolução aprovada nos autos da Proposição nº 1.01081/2023-22, para aperfeiçoar a disciplina da permuta nacional entre membros do Ministério Público e sanar omissão normativa.

[RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.017, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

IMPORTANTE: Os textos dos atos normativos e da legislação disponíveis têm caráter meramente informativo, não dispensando a consulta aos Diários Oficiais para a comprovação da existência de direitos nos termos da legislação vigente.